

SUMÁRIO

Parte I Direito Processual Civil e a Advocacia Pública

I. O Alcance da Expressão “Fazenda Pública”	15
II. Prerrogativas processuais relacionadas ao prazo	25
III. Fazenda Pública e a Prescrição	37
IV. Pagamentos e valores exigidos do Poder Público no decorrer do processo	43
V. A atuação do Poder Público como réu	65
VI. Da Remessa Necessária	73
VII. Tutela Provisória Contra o Poder Público	83
VIII. Pedido de Suspensão	97
IX. Intervenção Anômala ou Intervenção Anódina	107
X. Ação Monitória	115

XI. Execução de Quantia Certa Contra a Fazenda Pública	121
XII. Execução a favor da Fazenda (Execução Fiscal)	133
XIII. Mandado de Segurança (Lei 12.016/2009)	149
XIV. Negócios Jurídicos e a Fazenda Pública	175
XV. Reclamação Constitucional	179
XVI. Juizados Especiais	193
XVII. Desapropriação	215
Bibliografia	247

Parte II
Direito Processual e Material
do Trabalho e Advocacia Pública

I. Norma Geral sobre as prerrogativas da Fazenda Pública	251
II. Questões envolvendo aspectos processuais e materiais do direito do trabalho que afetam direta ou indiretamente ao Poder Público	257
III. Questões envolvendo estabilidade	273
IV. Questões envolvendo a validade dos contratos realizados com a Fazenda Pública	277
V. Questões envolvendo a responsabilidade da Administração nos Contratos	281
VI. Questões envolvendo direitos salariais	287
Bibliografia	299

Parte III
Principais aspectos do Poder Público
no âmbito administrativo

I. Regime Administrativo Disciplinar dos Servidores Federais	303
II. Greve no Serviço Público	329
III. Responsabilidade do Parecerista	335
IV. Concurso Público	337
V. Previdenciário Público	349
VI. Responsabilidade Civil	363
VII. Controle da Administração	373
VIII. Improbidade Administrativa	385
Bibliografia	423

Parte IV
Principais Aspectos do Poder Público
no Direito Constitucional

I. Controle de Constitucionalidade	427
II. Processo Legislativo	433
III. Repartição de Competências	451
Bibliografia	463